

CONCEPÇÕES E IMPORTÂNCIA DA SUPERVISÃO ESCOLAR: UM OLHAR DOS AGENTES ESCOLARES DE UMA ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL DE TERESINA.

Robson Carlos da Silva
Especialista em Educação

Marlene Araújo de Carvalho
Universidade Federal do Piauí

Introdução

Este trabalho é resultado de uma pesquisa para compor a monografia “Concepções e importância da Supervisão Escolar: um olhar dos agentes escolares de uma escola pública estadual de Teresina”, para o curso de especialização em educação: Supervisão Escolar, em 2002 pela Universidade Federal do Piauí.

No início do ano de 2001, durante o curso fomos convidados para supervisionar uma pequena escola particular da zona norte de Teresina, período que coincide com a conclusão dos créditos teóricos do curso de especialização em supervisão. Dispusemo-nos a desenvolver uma investigação sobre a concepção que os diversos agentes escolares, têm da Supervisão e de sua importância para a escola, bem como, para o desenvolvimento profissional dos agentes supervisores.

Inquietava-nos a forma como a Supervisão ainda é concebida no cotidiano escolar e o descaso ao profissional supervisor, bem como, à especificidade de sua função, o que nos levou a problematizar: como o trabalho do Supervisor é compreendido pelos diversos sujeitos que estão presentes no cotidiano escolar? como se dão os relacionamentos, entendimentos e interações entre o profissional Supervisor e os demais agentes escolares?

Decidimos desenvolver um estudo que confrontasse as atribuições, concepções e ações da Supervisão existentes e identificadas na literatura estudada com as perspectivas dos doze agentes escolares pesquisados numa escola pública estadual de Teresina-PI, efetivando um estudo dessas

concepções de Supervisão, com o propósito de melhor entendermos a função e a importância que a prática da Supervisão Escolar têm nas escolas públicas de Teresina. Assim optamos pela pesquisa qualitativa, pelo predomínio e tradição dessa categoria de pesquisa nas ciências humanas, notadamente em educação e, visando efetivar um mergulho na realidade pesquisada, acompanhando, observando e vivenciando as relações existentes entre esses agentes no cotidiano escolar. Para isso trabalhamos com um representante de cada segmento escolar, através de entrevista semi-estruturada, observações livres e estudo bibliográfico a partir do referencial utilizado durante nosso curso de Especialização.

A investigação qualitativa, ao focalizar os agentes escolares em suas relações cotidianas, facilita o olhar crítico sobre o Supervisor em seu trabalho e em suas relações com os demais agentes, permitindo um contato direto do pesquisador com os processos e as relações da escola em seu dia-a-dia, através de observações livres, diálogos intensivos e descrição das ações e representações dos sujeitos da escola, reconhecendo-a como um espaço social de múltiplas dimensões e propício para a criação e re- criação de conhecimentos, valores e significados.

Os dados foram organizados a partir das observações realizadas nos espaços físicos da escola, da leitura de documentos históricos e estatísticos, do acompanhamento dos vários momentos pedagógicos e das relações cotidianas entre os diversos agentes escolares, bem como dos depoimentos de cada pessoa entrevistada. Foram entrevistados ao todo 12 pessoas, que trabalham ou estudam na escola. Das análises e da comparação de suas falas, extraímos a concepção e a importância que possuem da Supervisão Escolar e como percebem suas relações com a supervisora da escola

Tomamos como referências principais os trabalhos de Marlene A. de Carvalho (1989), sobre a participação docente e a coordenação de área de Língua Portuguesa, pesquisa realizada em Teresina-PI; Antonia Medina (1995), trabalho desenvolvido com as supervisoras da rede municipal de ensino de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, e a trabalho de Dalva Oliveira Braga (1999), que estudou as concepções de Supervisão Escolar presentes na ação supervisora, desenvolvido na rede municipal de Teresina, sem contudo deixar

de lado outros autores estudados durante nosso curso de especialização, dentre os quais: Saviani (1980), Rios (1994), Ferreira (2000), Zanirato (1997).

De uma compreensão totalmente técnica, que concebia uma ação supervisora caracteristicamente autoritária e controladora, chegamos à compreensão de que a presença do supervisor nas escolas é necessária, como profissional essencial ao assessoramento das atividades pedagógicas e toda sua complexidade, atuando de forma dinâmica e com uma visão multidimensional do ideal de homem, de sociedade e do tipo de educação que pretende privilegiar como mediadora de práticas bem sucedidas.

Alguns delineamentos necessários à compreensão da Supervisão Escolar

Desde as comunidades mais primitivas, a função supervisora, implicitamente, acompanha a ação educativa. As relações sociais características do comunismo primitivo eram orientadas no sentido de satisfação das necessidades coletivas, retirando dos meios naturais todo o sustento material dos membros da comunidade, num modelo social em que a educação era uma ação espontânea que se confundia com a própria vida, estando a função supervisora presente na própria relação cotidiana entre os adultos e as crianças, onde os primeiros exerciam uma vigilância discreta sobre os jovens, protegendo-os e orientando suas ações e suas atitudes diante dos desafios e perigos da existência.(Saviani, 2000).

Na sociedade medieval, com a ascensão dos senhores feudais, surge a escola como agência transmissora de conhecimentos, destinada exclusivamente aos membros da classe dominante que não tinham necessidade de sobreviver do próprio trabalho. A ação supervisora, mesmo não entendida em seu sentido estrito, encontra um campo fértil para o seu desenvolvimento, mantendo uma característica prioritariamente fiscalizadora, controladora e de coerção, com o emprego de castigos e punições físicas, configurando-se a escola como um espaço apropriado e necessário para o desenvolvimento de indivíduos detentores de uma cultura universal, de formação geral e sólida.

Na sociedade Moderna, com o aumento exacerbado do consumo, o deslocamento do processo produtivo do campo para as cidades, o advento do processo de industrialização aliado ao progresso científico e o surgimento da classe burguesa, é cada vez mais urgente o papel da escola como agência transmissora do saber elaborado, sistematizado e a disseminação dos conhecimentos construídos pela humanidade, notadamente os conhecimentos intelectuais e científicos. Nessa época, têm-se início ao esboço da idéia da supervisão educacional atrelada ao processo de organização da instrução pública, uma das bandeiras da revolução burguesa, que mais tarde se amplia nas propostas dos sistemas estatais e nacionais de educação até as amplas redes escolares da atualidade.

Na realidade brasileira, a idéia de supervisão começa a se configurar com a chegada dos primeiros jesuítas, presente no Plano de ensino de Manuel da Nóbrega, o *Ratio Studiorum*. Com o advento da expulsão dos jesuítas do Brasil e a extinção do seu sistema de ensino, são instituídas as reformas Pombalinas, surgindo a figura do Diretor geral com auxílio dos comissários, configurando-se a idéia de supervisão como inspeção e direção.

A esse propósito, Carvalho (1989) nos chama a atenção para o fato de que a Supervisão no Brasil não se constitui numa prática nova, mas vai se revestindo de situações novas de acordo com as novas realidades que vão surgindo e afirma que, a partir da ampliação do direito à escola para as camadas menos favorecidas, aumenta a exigência da introdução de outros profissionais na escola que se torna bastante complexa, sendo na década de cinqüenta, com a expansão da política desenvolvimentista do governo JK, que são formados os primeiros supervisores escolares do ensino primário, através do Programa Americano-Brasileiro de Assistência ao Ensino Elementar (PABAEE).

Nesse contexto e, para melhor aprimorar essa divisão do trabalho, nasce, no interior das empresas, o taylorismo, centrado na cientificidade e da racionalização do trabalho, reforça a divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual e promove a separação entre a função de planejamento e a função de execução. Em 1968, com a regulamentação profissional da orientação educacional, através da Lei 5.564 de 21 de novembro, a supervisão educacional amplia consideravelmente suas perspectivas de profissionalização,

pois além de já se constituir numa atividade de necessidade social, claramente explícito pelo aumento significativo da rede escolar e, portanto, da necessidade de profissionais que esse crescimento passa a exigir, agora também possuía a especificação de suas características de profissão, situação posta na reforma do curso de pedagogia, que passaria a formar, dentre vários especialistas, o supervisor educacional..

No final da década de 70 e início da de 80, surgem vários estudos e lutas reivindicatórias nos movimentos de profissionais da educação que buscam investigar a função política da supervisão, no esforço de demonstrar que quanto mais a supervisão fosse utilizada ou defendida como função essencialmente técnica mais ela servia aos interesses da elite que comandava a sociedade, devendo, portanto, o supervisor assumir a função política da supervisão, para efetivar conscientemente uma prática a serviço dos interesses populares, das classes dominadas.

Na conjuntura social atual, segundo Saviani (2000), onde estão presentes cada vez mais os processos tecnológicos e de expansão da automação, com o homem transferindo para as máquinas um pouco do seu processo estrutural, estamos vivendo a era das máquinas inteligentes, o que valoriza mais o processo de qualificação universal, e que essas relações se dão num contexto social de profundas contradições, com significativa exclusão de grande parcela da sociedade, visto que muitos não tem acesso aos benefícios proporcionados pelos avanços tecnológicos.

Neste contexto, a escola assume um papel essencialmente importante e significativo como espaço generalizado de desenvolvimento das potencialidades humanas, orientando os homens para uma formação plena e multidimensional. Nas sociedades contemporâneas, onde o desenvolvimento econômico e a viabilização de melhores condições de vida para a população são uma realidade, é cada vez maior a exigência para o aumento da escolaridade, principalmente a formação de nível superior (Cunha, 1999).

É neste quadro de perspectivas que o supervisor escolar encontra um espaço privilegiado e que ultrapassa a esfera pedagógica, pois, ao transferir habilidades tipicamente humanas para as máquinas criadas pelo próprio homem, podemos identificar uma situação caracteristicamente supervisora, no sentido de comandar, controlar, supervisionar essas atividades, mantendo-as

ajustadas as suas necessidades, ou seja, é necessária a presença de um trabalhador capacitado, para supervisionar todo esse complexo processo.(Saviani, 2000).

O Supervisor deve, pois, assumir o compromisso da transformação e da luta por condições de vida melhor, engajando-se num projeto de conscientização crítica, denunciando as injustiças e as desigualdades e apontando propostas de superação dessas diferenças, através do questionamento, da problematização e do reconhecimento de que esta tarefa da supervisão escolar, longe de se esgotar, está apenas em seu começo.

O Pensamento pedagógico brasileiro e a Supervisão Escolar.

Sabemos que todos os trabalhos na área da educação vêm, necessariamente, mesmo que de forma ingênua e não-intencional, vinculado a uma concepção de educação, essa por sua vez ligada a uma corrente filosófica que traz em seus princípios uma concepção de homem, de sociedade e de mundo.

Num dado momento da realidade educacional brasileira, encontra-se um modelo pedagógico centrado na transmissão-assimilação de conhecimentos reconhecidos culturalmente e historicamente preservados como saber sistematizado de característica predominantemente humanista e liberal, uma forte hierarquização dentro da escola e nas relações que envolvem os diversos agentes educacionais, que determina a cada sujeito do processo um lugar específico e intransferível, modelo esse que protege a autoridade e garante o respeito à hierarquia, denominada segundo Libâneo (1993) de tendência Liberal tradicional ou, segundo Saviani (1997), ao abordar as teorias não-críticas da educação, de Pedagogia Tradicional¹.

Não se percebia, neste modelo educacional, nenhuma preocupação em relacionar o ensino nas escolas com a realidade social e econômica vigente, não havendo, como afirma Braga (1999), lugar para o supervisor, nem espaço para a prática da ação supervisora na realidade escolar .

Em 1932 surge o movimento escolanovista na educação brasileira, tendo seu ponto significativo no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, defendendo a educação centrada nos métodos ativos e embasada

cientificamente, notadamente na psicologia, cumprindo a escola o papel de adequar as necessidades individuais dos alunos ao meio social onde desenvolvem suas vivências, valorizando sobremaneira a experiência, como fator preponderante para se alcançar os objetivos do ensino.

É nesse sentido, que a escola começa a conceber um espaço propício para o trabalho dos especialistas em educação, que tinham como principal função o desenvolvimento de novas metodologias e a garantia de um ambiente harmônico entre professores e alunos.

Durante esse período, a função do supervisor ainda não se constituía numa prática oficial nas escolas, sendo exercida sem uma consciência crítica de seus objetivos, fins e importância social. (Cunha 1986).

Em meados dos anos 60, começa a tomar força um novo movimento educacional no Brasil, chamado Pedagogia Tecnicista atrelada aos objetivos do regime militar que se instaurou no país e que tinha como orientação principal o modelo de racionalização do sistema de produção capitalista. A escola possui a função de modelar o comportamento dos alunos ao sistema social harmônico e funcional, privilegiando procedimentos e técnicas da tecnologia instrucional, que encontra respaldo nas teorias behavioristas, notadamente no modelo Skineano. O Supervisor escolar ganha importância enquanto um burocrata encarregado de fazer com que as determinações do poder central se cumpram na escola.

No ano de 1968, a reorganização do sistema universitário, previsto na lei 5.540/68, interfere efetivamente nos cursos de Pedagogia, desviando o foco funcional do pedagogo de profissional crítico sobre as questões educacionais, para tornar-se um técnico em educação, controlador das condições ambientais necessárias para assegurar a transmissão e assimilação das informações sistematizadas em manuais (Libâneo, 1993). A supervisão escolar assume um papel oficial na realidade escolar brasileira, pela Lei n. 5.692/71, que ratifica a necessidade do especialista na escola, enquanto técnico a serviço da eficácia e da eficiência da produtividade capitalista.

No início dos anos 80, devido a um crescente enfraquecimento dos ideais defendidos pela política econômica desenvolvimentista e o surgimento de diversos movimentos sociais reivindicando, entre outras coisas, uma maior qualidade do ensino público, a melhoria das condições de trabalho dos

professores e uma inclusão efetiva de grande parcela de brasileiros marginalizados do ensino escolar, começa a surgir movimentos críticos da escola capitalista no Brasil.

Nesse contexto, as pedagogias críticas e inovadoras se fazem cada vez mais presentes nas escolas, centradas nas idéias de se elaborar um trabalho pedagógico voltado para uma interação entre os conteúdos escolares e a realidade social em que os alunos vivem e desenvolvem suas experiências mais significativas, promovendo, no entender de Libâneo (1993: 42) “...uma articulação do político e do pedagógico (...) a serviço da transformação das relações de produção”, concepção elaborada e discutida nos Encontros Nacionais de Supervisores em Educação (ENSE)², sendo cada vez mais pensada como um importante instrumento técnico-político para contribuir na instrumentalização dos agentes escolares, fomentando a participação social e a luta por melhores condições de trabalho escolar.

Partindo de um embasamento fundamentalmente histórico e historicizante, Saviani (1997) concebe a pedagogia crítica, a qual aprofunda e denomina de Pedagogia Histórico-Crítica, como uma prática que tem como função a tarefa de identificar o saber humano produzido e valorizado historicamente, convergindo-o em saber escolar para que os alunos, notadamente aqueles de classes sociais menos favorecidas, possam assimilá-los, provendo-se assim de ferramentas intelectuais que lhes possibilitem a compreensão do processo de produção e disseminação desse saber e suas possibilidades de transformação.

Portanto, é seguindo essa perspectiva de aprofundamento reflexivo em busca de significados para as situações problemáticas que fazem parte de sua cotidianidade, que a supervisão escolar deve seguir como função essencial e indispensável no contexto escolar, exercida por um profissional que, além de sua formação técnica, se envolve de forma reflexiva com atividades de coordenação, administração e de elaboração de sistemas de propostas para uma formação contínua e integral dos professores, efetivando pesquisas sobre a realidade onde desenvolve seu trabalho e suas relações com a realidade social mais ampla

Supervisão Escolar no Piauí: implantação, caracterização, e evolução.

No Estado do Piauí, a Supervisão Escolar surge na década de 60 a partir do trabalho de uma equipe de professores que foi convidada a participar de curso de extensão em Minas Gerais, Espírito Santo e alguns estados do Nordeste, que ao retornarem a Teresina apresentaram um projeto de implantação dos serviços de supervisão no Piauí.

Após algumas experiências ainda em caráter provisório e experimental, esse serviço de Supervisão começa a apresentar resultados satisfatórios levando a sua oficialização no ano de 1965, através do acordo SUDENE/MEC/USAID/ESTADO DO PIAUÍ, pelo Decreto Executivo nº 537 de 2 de janeiro de 1965, atendendo às orientações e perspectivas do Modelo de Supervisão Escolar do Piauí. (Carvalho, 1989).

Em 1967, são implantados os Centros Regionais de Supervisão Escolar, que ficavam responsáveis por determinado número de municípios e se constituíam numa tentativa de descentralização dos serviços de Supervisão da Secretaria de educação do Estado.

Em 1971, com a implantação da Lei de Diretrizes e Bases da educação nº5692/71, constituiu-se uma nova fase da Supervisão Escolar no Piauí, que passa a ser desenvolvida por especialistas em áreas específicas do currículo e não mais pelo generalista. O Supervisor passa a ser denominado de Coordenador Pedagógico que, de acordo com a necessidade de maior aprofundamento pedagógico que a função requeria, solicita a oferta do curso de Pedagogia com habilitação em Supervisão Escolar, oferecido pela Secretaria de Educação do Estado em convênio com a Universidade Federal do Piauí.

No entanto, esse intuito de descentralização proposto pela LDB 5692/71, não acontece na realidade das escolas, pois o momento político em que o Brasil atravessa com forte conotação de autoritarismo e de controle contribui, como nos chama a atenção Braga (op.cit., p.58) "...para que a maioria das medidas e decisões ficassem a cargo das Secretarias de Educação, através da Divisão de Supervisão Pedagógica, que exercia o controle total das ações nos complexos escolares e demais escolas ...".

Essa situação perdurou até o final da década de 80, quando no ano de 1989 é efetivada a implantação de uma nova estrutura na Supervisão escolar

com a extinção dos complexos escolares e das coordenações das Áreas específicas do currículo e da exigência de um Supervisor com formação em Pedagogia e habilitação em Supervisão escolar.

Neste contexto, o supervisor escolar, para que atue de forma reflexiva e consciente na realidade em que desenvolve seu trabalho, assegurando uma ação pedagógica competente, deve elaborar o Plano de Ação com a participação de professores, diretores e orientadores educacionais; assessorar, acompanhar a execução e a avaliação, juntamente com os professores, da elaboração do planejamento didático; acompanhar e refletir criticamente o rendimento escolar dos alunos, para identificação das causas de fracassos e avanços; refletir e analisar criticamente a desenvoltura das programações de ensino e replanejamento da ação didática do processo de ensino-aprendizagem, sempre em busca da reformulação; participar de eventos educativos; e sistematizar e divulgar as experiências pedagógicas desenvolvidas na escola.

Conforme Braga (op.cit.), mesmo com algumas mudanças estruturais e organizacionais efetivadas na secretaria de Educação, a Supervisão Escolar ainda se depara com problemas idênticos aos enfrentados na época de sua implantação, notadamente pela falta de conscientização profissional dos supervisores diante de sua prática.

Um perfil da escola, de seus agentes e suas relações: concepção do trabalho do supervisor pelos diretores da escola.

Já foi anunciado que a pesquisa sobre as concepções e a importância do trabalho de supervisores escolares foi realizado numa escola pública estadual de Teresina-PI. Apresentaremos nesta parte o perfil da escola pesquisada, de seus agentes e suas relações, assim como, a concepção e importância da ação supervisora na escola pesquisada através do olhar dos diretores.

A comunidade onde a Escola pesquisada está inserida possui um perfil de classe média. São inúmeras as casas de grande porte, com moradores pertencentes a profissionais como bancários, médicos, professores universitários e pequenos empresários. Existem vários comércios próximos à escola, como por exemplo bares, padarias, mercadinhos, bazares, frutarias,

barbearia, oficinas mecânicas, lojas de variedades, outras escolas e igrejas de várias religiões.

O Bairro fica próximo do centro comercial de Teresina, que pode ser alcançado com alguns minutos de caminhada, sendo as ruas e avenidas próximas asfaltadas, bem iluminadas, com um fluxo de trânsito bem movimentado, além de se localizar próximo ao conjunto arquitetônico do Centro de Convenções, com alternativas de saídas em todas as direções, como Alameda Parnaíba, Miguel Rosa e Frei Serafim. Mesmo assim existem muitos moradores vivendo em condições de extrema pobreza, com um grande índice de desemprego e de consumo de bebidas e drogas, o que não foge à característica geral de nossa comunidade.

A Unidade Escolar Matias Olímpio continua funcionando no bairro Porenquanto, à avenida Jacob Almendra, 498, numa área de 2.758,80 m², sendo 976,67 m² de área construída. Podemos considerar uma escola de porte médio, com salas de aula bastante espaçosas, com ventiladores de teto, carteiras estilo universitário, quadro de giz, mesa do professor, quadra de esportes pequena (não oficial), cozinha improvisada, além de área livre para passeio e conversas dos alunos no recreio ou horários vagos entre as aulas.

A comunidade atendida pela escola compreende crianças e jovens oriundos dos mais diversos bairros, entre eles, Porenquanto, Cabral, Primavera, Morro da Esperança, Vila Nova, Marquês e Lagoinha. A maioria dos alunos chegam à escola a pé, ônibus ou de bicicleta devido à proximidade e das condições financeiras da própria família destas crianças e jovens, em sua maioria, quase absoluta, de classes pobres e bastante carentes.

Inicialmente tivemos uma conversa informal com o diretor, graduado em Matemática/UFPI, e o diretor adjunto, graduado em Pedagogia/UFPI, com habilitação em Administração Escolar.

Perguntados sobre a importância da supervisão escolar para a escola, os diretores ressaltaram a importância do trabalho da supervisora para a melhora da escola, sendo sua responsabilidade o acompanhamento do trabalho dos professores, a vistoria dos diários de classe, o assessoramento de algumas atividades de direção, trabalho disciplinar junto aos alunos com problemas de ajustamento às normas da escola, acompanhamento dos planos de aula dos professores, propostas de estudos e seminários, organização de algumas

festividades da escola, acompanhamento de alunos com problemas de déficit de aprendizagem.

Ela faz um trabalho muito importante para a escola, principalmente no acompanhamento aos alunos que têm dificuldade em aprender e aqueles que não querem respeitar as normas da escola. Tem menino aqui que já até brigou, pulou o muro pra brigar. Ela acompanha o trabalho dos professores, fazendo a vistoria das cadernetas e dos planos de aula, apesar de que tem professor que levou a caderneta escondida dentro da camisa só para não ser vistoriado e depois ainda desafia a gente, dizendo que quer ver quem é que vai tirar ele da escola. Essa supervisora é muito esforçada, ela propõe estudos, seminários, organiza as festividades e ainda ajuda aqui na direção em alguma solicitação. (Diretor)

A Supervisora é uma ótima supervisora e seu trabalho é muito importante para a escola. Ela acompanha as aulas, os alunos e ainda organiza as cadernetas dos professores, além de colaborar com a escola propondo cursos, palestras, seminários...é uma ótima funcionária. (Diretor-adjunto)

Para o diretor adjunto, a supervisora é imprescindível, notadamente na formação dos professores e numa implantação e agilização dos programas que chegam até a escola oferecidos pela Secretaria Estadual de Educação, bem como, no acompanhamentos dos alunos indisciplinados, com alguma dificuldade de aprendizado ou com problemas psicológicos, porém, mais uma vez, os professores são citados como principal entrave para uma boa condução dos trabalhos de supervisão.

Se formos analisar o trabalho da supervisão vamos ver o quanto ele é importante para o engrandecimento da escola, fazendo uma ligação entre a escola e a secretaria, principalmente fazendo os programas andarem. Sua contribuição para a melhora das dificuldades que os alunos apresentam é muito boa, ela fica com os alunos que os professores colocam fora da sala, tanto com problema de aprendizagem como com indisciplina. O mais difícil é fazer os professores acompanharem suas propostas e suas recomendações, no mais ela faz tudo muito bem.

Um olhar crítico sobre os discursos dos diretores a respeito da importância e do papel desempenhado pela Supervisora na escola, leva-nos a perceber uma visão estritamente técnica, onde o Supervisor é concebido como um profissional responsável pela fiscalização do trabalho dos professores, pelo acompanhamento e solução das dificuldades dos alunos em adaptarem-se às normas e determinações da escola e em sala de aula, organização de eventos, acompanhamento de programas e outras atividades da escola.

Concepção do trabalho do supervisor pela própria supervisora

Num segundo momento de nossa investigação, passamos a conversar com a Supervisora da escola, graduada em Pedagogia com habilitação em Supervisão Escolar.

Ao investigarmos sobre as funções e competências do Supervisor na escola, a Supervisora destacou que entre as competências mais relevantes estão o estabelecimento do sistema pedagógico a ser adotado pela escola, juntamente com a direção; análise, avaliação e acompanhamento dos planos de curso e suas aplicações; recomendação bibliográficas e audiovisuais; análise da prática dos professores, nos aspectos que dificultam as atividades escolares; realização de reunião com os professores; sugestão e estimulação para realização de experiências educacionais; conceder assistência pedagógica/metodológica aos professores; divulgação, junto aos alunos e familiares, das sistemáticas de avaliação e promoção adotada pela escola; participação nos conselhos de classe e escolares; acompanhamento do desenvolvimento do planejamento e seqüência didático-pedagógica do ensino e supervisionar a elaboração de textos, provas e demais instrumentos de avaliação da escola. Ciente das dificuldades para operacionalização destas competências, a Supervisora afirmou que, na maioria das vezes, os professores somente a procuram para apresentar alunos com dificuldade de aprendizagem ou de ajustamento às normas da escola, solicitando o seu acompanhamento, através de conversas com este aluno. Assim, a Supervisora se expressa:

São muitas as dificuldades em se desenvolver um trabalho de supervisão na escola. É muito difícil aplicar todas as atividades que temos em mente, além de nossas atribuições em acompanhar as atividades pedagógicas e propor novidades. Os professores raramente me procuram e quando muito é para trazer um aluno que está dando trabalho ou que não consegue aprender seu assunto. Nem mesmo querem discutir comigo o que foi que aconteceu para o aluno estar com dificuldade, ou seja, nunca assume que a culpa pode ser seu método de ensino, nem convida para eu acompanhar ou assistir o aluno durante suas aulas, tem que ser em outro local fora da sala de aula. Assim ninguém consegue desenvolver um bom trabalho.

Fica evidente, através da fala da Supervisora, a falta de um trabalho coletivo em busca de superação das dificuldades e na implantação de uma prática pedagógica democrática.

Como proposta de operacionalização das competências de sua função, a Supervisora pretende executar as seguintes ações: reuniões com professores, direção e especialistas para reformulação da matriz curricular da escola; reuniões com professores para reformulação de seus planos de aula; estudos para atualização do conhecimento de todo o quadro de profissionais; pesquisa para levantamento de problemas nas mais diversas áreas da escola; criação e implantação de um sistema de aceleração de estudo; implantação de oficinas pedagógicas e grupos de estudo para troca de experiências; realização de atividades artísticas, vídeo, desenho e música. Suas expectativas sobre o futuro da escola, ou da educação pública em nosso estado em particular, são depositados no Plano de Desenvolvimento Escolar (PDE) que, em seu entender, tem tudo para melhorar a escola, isso se for colocado em ação na prática. Em sua opinião, esse plano de ação pode despertar o interesse dos professores no acompanhamento da concretização das metas do programa, interesse que levaria a uma maior participação e integração por parte destes mesmos professores. É consciente das dificuldades, notadamente da falta de funcionários específicos para cada área, como secretariado, e a melhoria dos recursos tecnológicos.

Concepções dos professores sobre a prática da Supervisão Escolar.

Podemos ressaltar que conversar com algum professor da escola Matias Olímpio foi uma tarefa um pouco difícil e necessitou paciência e insistência redobrada. Na realidade, não é comum observar o trânsito de professores pela escola, mesmo no horário do recreio não se percebe um aumento desse contingente de funcionários. Pudemos perceber que esta situação se configura pelo fato dos professores ministrarem suas aulas e se ausentarem, seja para ministrar aula em um outro colégio, exercer outra atividade remunerada seja para resolver problemas particulares, visto que o professor não é obrigado a permanecer o tempo integral na escola

No entanto conseguimos manter contato com duas professoras da escola: a professora de Português da 5ª e 6ª séries, nos turnos manhã e tarde, com 15 anos de magistério, que chamaremos de professora 1 e uma professora de classe especial (polivalência), no turno da manhã, com 14 anos de magistério, que denominaremos de professora 2.

Inicialmente, as professoras falaram sobre a importância da Supervisão para a escola e suas práticas em particular. Para a professora 2:

A supervisora é muito importante porque orienta e assiste a professora nos momentos de dificuldades, apresentando novas idéias, procurando a melhora da qualificação dos professores, além de promover várias reuniões.

A professora 1 afirma que:

O maior problema das escolas públicas é a falta de acompanhamento dos pais a seus filhos.(...)sendo impossível para o professor acompanhar e resolver o problema desses alunos (...) sendo importante que o Supervisor, na conversa com esses alunos, faça um bom acompanhamento ao aluno problemático.

A professora 2 coloca ainda que:

O Supervisor, para tornar seu trabalho mais importante, deve realizar reuniões bimestrais para iluminar os caminhos do professor

A Professora 2, encerra suas colocações elogiando a Supervisora da escola:

Ela é muito boa orientadora, passa tudo o que acontece nas reuniões para os professores e isso facilita nosso trabalho.

A professora 1 falando sobre as relações entre as pessoas na escola, afirma:

Mesmo demonstrando um certo ocultamento e apreensão, as relações são ótimas, principalmente com a Supervisora.

Perguntada, ainda, sobre as principais dificuldades que apontaria na escola, a professora 1 volta a ressaltar:

O fraco desempenho dos alunos, eles só vêm pra escola por obrigação, porque os pais querem se livrar, tanto que só aparecem na escola no começo e no fim do ano e nunca mais.

Das análises das falas das professoras podemos identificar uma concepção do profissional Supervisor como um técnico especializado a quem compete resolver todos os problemas da escola, principalmente os apresentados em sala de aula pelos alunos. Não existe uma clara intenção de se colocarem à disposição em trabalhar juntamente com a Supervisão na elaboração de um trabalho coletivo, no sentido em que fala Carvalho (1989), quando afirma que a ação supervisora no contexto escolar é decisiva na promoção de um trabalho coletivo em busca da superação das dificuldades, do conhecimento de seus limites para poder superá-los e do favorecimento do intercâmbio entre supervisor ou coordenador, professores e demais pessoas do complexo ou da unidade escolar, fazendo com que a ação desencadeada incida na e com a pessoa do professor.

Concepção e importância da Supervisão Escolar de outros agentes escolares.

Dentre os agentes escolares presentes na escola pesquisada, além do diretor, diretor-adjunto, professores e Supervisor educacional, fizeram parte desse estudo 02 alunas, 01 secretária, 01 auxiliar de secretaria, 01 vigilante, 01 merendeira e 01 zeladora.

A amostra caracterizou-se como sendo de nível sócio-econômico baixo, o que foi constatado através dos arquivos da escola, onde alunos e funcionários possuem uma ficha individual com dados que demonstram um acentuado nível de desemprego dos pais, ou vivendo de serviços temporários ou profissões de pouco remuneração, como por exemplo, merendeira, lavadeira, empregada doméstica, vigilante, soldado, picolezeiro, dentre outras, sendo elaboradas apenas duas perguntas que, no nosso entendimento, conseguiriam identificar, a concepção de supervisão e a representação da figura do profissional supervisor, bem como, a sua importância e significação para cada agente pesquisado.

a) agente escolar 1: alunos

Como representantes dessa categoria de agente escolar, foram entrevistadas duas alunas: uma aluna da 7ª série, turno manhã (aluna 1) e uma aluna da 8ª série, turno manhã (aluna 2).

Perguntadas sobre o que entendiam a respeito do trabalho do supervisor na escola, qual sua função, o que faz o supervisor, e sua importância para a escola, as alunas demonstraram não entender qual a função nem tampouco a importância do supervisor na escola.

A aluna 1 comentou: *“Eu não entendo nada que o supervisor faz”*.

A aluna 2, mesmo afirmando que o trabalho da supervisora era *“ótimo”*, quando perguntada sobre o que era realmente que fazia a supervisora afirmou:

não sei, acho que é fazer o acompanhamento dos alunos.

A Segunda pergunta se desdobrava em duas e interrogava se as alunas conheciam a supervisora e qual o grau de relacionamento com ela. A aluna 1 foi enfática e afirmou:

não, não conheço. Nunca conversei com ela.

Por sua vez, a aluna 2 afirmou:

estou a conhecendo, cada vez mais....

As falas das alunas entrevistadas, servem para reforçar a idéia que vai se construindo acerca da falta de uma política de esclarecimento para compreensão do papel do supervisor escolar e sua importância para a escola, pois podemos perceber o total desconhecimento dos alunos da função do supervisor escolar, do que realmente se preocupa e qual sua atuação e interferência nas práticas cotidianas da escola, em sala de aula ou demais espaços.

b) agente escolar 2: secretária e secretária auxiliar

A Secretária da escola, juntamente com sua auxiliar, por dispor de um contato muito próximo junto a todos os funcionários e alunos da escola, além de serem duas funcionárias que tem acesso a quase todos os documentos que passam pela escola, foram consideradas por nós como pessoas de significativa importância para alcançarmos nosso objetivo nesse estudo.

Perguntadas sobre a função do supervisor escolar e sua importância no processo educativo, a Secretária afirmou que

o papel da supervisora é muito importante, pois é ela quem vai sugerir as regras da escola, o planejamento...é muito importante.

A Secretária auxiliar, por sua vez, afirmou que:

a sua importância é muito grande, principalmente no acompanhamento dos professores e dos alunos...ainda que no caso dos professores não aconteça, por que eles não se interessam.

Quando solicitamos que comentassem sobre os relacionamentos com a supervisão da escola, ambas foram concisas e concordaram que o relacionamento com a supervisora é bastante harmônico:

a supervisora é muito interessada, é uma pessoa muito legal”, “a gente nota que ela quer mesmo...procura fazer as coisas.

Foram essas as impressões colhidas juntamente com os agentes escolares da secretaria da escola, e que reforçam uma concepção de profissional técnico-controlador, responsável pela organização dos planejamentos e das normas disciplinares, acompanhando os professores em suas atividades, porém sem nenhuma preocupação em solucionar a falta de intercâmbio ou em promover uma maior integração coletiva, esta sim, dependente direta do interesse e compromisso dos professores.

c) agente escolar 3: serviços gerais (merendeira, zeladora e vigilante).

Nessa categoria, resolvemos relacionar todos os funcionários envolvidos com os serviços de atendimento, limpeza, e trabalhos de copa e cozinha. Percebemos que esses funcionários, mesmo tendo cada um sua função determinada, exercem em algum momento outras funções tanto no atendimento, quanto na organização e arrumação do espaço escolar.

Nesse sentido, consideramos esses agentes de suma importância para as pretensões de nosso estudo, notadamente por se constituírem em agentes em contato direto com todos sujeitos que passam pela escola, além de estarem numa espécie de posição estratégica dentro da escola, visto perceberem todos os acontecimentos que se desenvolvem nas relações entre os alunos, professores, visitantes e comunidade familiar.

Começamos solicitando suas impressões sobre as relações com a supervisora da escola. A zeladora colocou que *“é ótimo...muito bom”*, o vigilante afirmou que *“no momento ela faz bacana”*, enquanto a merendeira disse que *“é bom...”*.

Logo em seguida perguntamos sobre qual a importância da supervisora e qual sua função dentro da escola. O vigilante falou que sua função era *“coordenar mais aí...”*, a zeladora por sua vez colocou que a supervisora devia *“organizar as cadernetas, acompanhar os professores e fazer a disciplina na escola”*, enquanto a merendeira, numa análise mais demorada, respondeu que

“ela cuida das fichas...acompanhando...sei lá...não sei dizer, pois ela fica lá e eu não fico do lado dela...quase não entendo...”

Aqui também é evidente a falta de conhecimento sobre a função supervisora, restando um pouco de entendimento apenas no aspecto técnico e burocrático, o que demonstra a falta de preocupação em envolver os funcionários da escola numa relação coletiva centrada na confiança e no respeito sobre o papel desempenhado por cada agente e no esclarecimento de sua contribuição na busca de soluções e de superações.

Após suas colocações, promovemos mais alguns momentos de conversa e, agradecendo a contribuição e a boa vontade desses agentes, nos despedimos, concluindo assim esse momento da pesquisa de campo.

Considerações finais

Não pretendemos apresentar conclusões acabadas e definitivas a este estudo, porque trata-se de um estudo preliminar e de pequena proporção, devido ao pouco tempo de estudo, porém podemos observar que a prática da Supervisão na Unidade Escolar Matias Olímpio é marcada por um profundo desconhecimento de sua função pelos entrevistados, que não concebem uma visão da Supervisão como prática auxiliar e facilitadora das práticas de ensino, enxergando na Supervisão somente uma prática de acompanhamento dos alunos com dificuldade de aprendizagem ou com problemas de disciplina, portanto concebendo o Supervisor como um Inspetor ou mesmo um fiscal, mantendo ainda uma prática essencialmente tradicional, presa aos preconceitos de uma prática pedagógica que os coloca como sujeitos absolutos do processo de ensino escolar, incapazes de se reconhecerem como pessoas sujeitas ao erro e às transformações que acontecem em nossa realidade.

Podemos apontar dois indícios, apreendidos durante a pesquisa, para a explicação desse desconhecimento. Primeiramente, é notável a falta de comunicação entre a supervisão e os demais agentes escolares, no sentido de informar e socializar as ações, propostas, programas e políticas desenvolvidas e seus respectivos objetivos, o que torna cada vez mais distante as práticas próprias da supervisão e as expectativas dos demais agentes, notadamente dos alunos. Em segundo lugar, ainda é forte na representação mental dos

sujeitos escolares da supervisão como uma ação fiscalizadora, que concebe o supervisor enquanto profissional que controla a ação dos professores, cumprindo as normas rígidas e inflexivas atribuídas pela administração geral. Ainda como outro ponto fundamental para nossa análise, podemos considerar a falta de aprofundamento crítico dos agentes pesquisados, apreendidos através das conversas e das entrevistas realizadas com esses agentes, o que contribui de forma significativa para o não entendimento do caráter político da função supervisora na escola e as contribuições que podem promover para a escola e para todos os seus sujeitos e comunidade envolvida.

Nos diversos momentos em que estivemos presentes na escola observamos um clima de relativa harmonia entre os sujeitos escolares o que poderia ser indício de um clima favorável para um bom desempenho das funções de supervisão, inclusive sendo a supervisora sempre citada como uma pessoa positiva e que realmente se preocupa em desenvolver atividades que contribuam para o engrandecimento e melhora das condições da escola. Porém, nas entrevistas realizadas não identificamos a busca de um esforço significativo e relevante para que seja reforçada a harmonia nas relações, procurando evitar que cada agente escolar apenas aponte erros e culpas em seus companheiros sem demonstrar uma preocupação com um trabalho integrado entre a Supervisão escolar e demais agentes escolares.

O comodismo e a aceitação, frutos da falta de uma visão mais crítica sobre a própria realidade e fortemente enraizados numa formação visivelmente carente são os principais alicerces de uma prática repetitiva, prisioneira da mesmice e profundamente dependente de estímulos e de novidades.

Podemos concluir, afirmando a necessidade de estudos na escola, partindo de observações mais aprofundadas que nos possibilite uma reflexão mais rigorosa e que nos encaminhe para uma maior clareza das relações entre as práticas educacionais e a Supervisão Escolar, suas concepções e suas possibilidades, entendendo aqui sua função principal a de acompanhar e orientar todas as relações pedagógicas da escola; de promover uma conscientização sobre a situação social hoje existente; promover senso de mobilização em busca da superação das situações de adversidade e de exclusão, em prol da implantação de sistemas mais justos e capazes de promover condições de vida mais humanas e igualitárias.

Referências Bibliográficas

BRAGA, Dalva Oliveira Lima. **As Concepções de Supervisão Escolar e a prática dos Supervisores Escolares egressos da UFPI**. Teresina: UFPI, 1999. – Dissertação de mestrado em Educação. Universidade Federal do Piauí, 1999.

CARBONELL, Jaume. **A Aventura de Inovar: a mudança na Escola**. trad. Fátima Murad, Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

CARVALHO, Marlene Araújo de. **A coordenação de Área e a participação docente: uma experiência de trabalho em Língua Portuguesa**. São Paulo: PUC-SP, 1989. – Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1989.

CUNHA, Maria Couto. **O Ensino Superior no Brasil: algumas tendências e alguns problemas**. Revista da FAGED, Salvador, n° 3, p. 95-121, 1999.

CUNHA, Izabel Maria. **Reflexões sobre a educação de professores como a prática da supervisão pedagógica**. *Educação e Sociedade*, São Paulo, n° 25, p. 141-144, dez, 1986.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org.). **Supervisão educacional para uma escola de qualidade: da formação à ação**. (2 ed) São Paulo: Cortez, 2000

GIROUX, Henry A. **Os Professores como Intelectuais**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GÓMEZ, A. L. Pérez e SACRISTÁN, J. Gimeno. **Compreender e transformar o ensino** (4 ed.). Porto Alegre: Artemed, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da Escola Pública: a Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos**, 11 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

MEDINA, Antonia da Silva. **Supervisão Escolar: da ação exercida à ação pensada**. Porto Alegre-RS: Assessoria Gráfica e Editorial Ltda., 1995.

NÓVOA, Antônio. **Os Professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**.(3 ed). São Paulo: Atlas, 1999.

RIOS, Terezinha Azevedo. **Ética e Competência**. São Paulo: Cortez, 1994.

SAVIANI, Dermeval. **A Supervisão Educacional em perspectiva histórica: da função à profissão pela mediação da idéia**. IN FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org.). **Supervisão educacional para uma escola de qualidade: da formação à ação**. (2 ed) São Paulo: Cortez, 2000

_____. **Escola e democracia**. (31 ed), Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

_____. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações..** (6 ed), Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

ZANIRATO, Maria Luiza B. **Atribuições dos Especialistas em Educação: um levantamento inicial.** In **cadernos de Educação**, Ano II, n° 08, São Paulo, outubro de 1997.

¹ SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia, 1997, p.17.

² CARVALHO, 1989, P.53, afirma que os Encontros de Supervisores Educacionais se inicia em 1978, no Rio grande do Sul, emigrando para as demais regiões do país, efetivando uma luta paciente e persistente em busca de direitos da categoria e da regulamentação da profissão, assegurada em junho de 1986.